



Anais da Assembléia

Nº 62

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 92.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Domício Scaramella.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 09/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem do Poder Executivo, número 56/77, ex-Proposição número 143/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Jandaia do Sul, objetivando articulação entre o Governo Federal, Estadual e Município, na Assistência Técnica e Financeira, visando melhoria da rede Municipal de Ensino de 1.º grau. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 93.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Fidelcino Tolentino e David

Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antônio Facci, Werner Wanderer, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Edilson Alencar, João Fadel, Osvaldo Macedo, Renato Bernardi, Trajano Bastos e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sobre a ata.

Não sei se é erro de datilografia, mas segundo eu acabei de ouvir, pela leitura da ata, ao invés de Antônio Facci, foi registrado Nivaldo Facci, se entendi bem. V. Exa. quer fazer o favor de verificar, para alteração?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Exato. Será feita a correção.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Parece não haver quorum suficiente para discutir a ata, Sr. Presidente. Solicitaria pois de V. Exa. que solicitasse do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Deferido. O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 25 Srs. Deputados.

Em discussão a ata. — Não havendo quem queira discutí-la declaro-a **APROVADA.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer regime de urgência para o Projeto de Lei No. 46/77.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1977.

(a) Nelson Buffara.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, do Exmo. Sr. Desembargador ARTHUR HERÁCLIO GOMES FILHO, do Tribunal da Justiça do Paraná.

O seu passamento abre grande lacuna na vida judiciária paranaense, pois o Desembargador ARTHUR HERÁCLIO GOMES FILHO, pela sua vasta cultura jurídica, formação humanística e fulgurante inteligência, daí a proeminência que marcou significativamente a sua judicatura.

Lamentavelmente, perde o Paraná um de seus mais eminentes homens, que foi exemplo de dignidade, altivez e acendrado amor à Justiça, e cuja atuação na magistratura terá lugar de destaque na história do Poder Judiciário paranaense.

Requer-se, também, que da decisão do Plenário se dê ciência à família enlutada e ao egrégio Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1977.

(a) Accioly Neto,

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que ao presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Desembargador ARTHUR HERÁCLIO GOMES FILHO, ocorrido hoje em Curitiba.

O renomado cultor das leis que deixou o nosso convívio, desempenhou funções judicantes em Reserva, onde, em 21 de junho de 1940, assumiu o cargo de Juiz Substituto. Em 05 de janeiro de 1946, assumiu o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Pitanga, exercendo a seguir atividades em Assaí, Mallet, Palmas, Irati, Ponta Grossa e Curitiba. Em 23 de dezembro de 1966, foi nomeado para o cargo de Desembargador, o qual com brilhantismo invulgar, exerceu até 05 de outubro de 1976, quando, a pedido, foi aposentado.

Requerem, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada e ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1977.

(a) Ivo Thomazoni e Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar da ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações ao Professor PEDRO VASCONCELOS DE BARROS, pela sua escolha para as funções de Vice-Reitor da Universidade Estadual de Londrina.

O novo Vice-Reitor é mineiro de Guiricema, tendo se formado em 1947 pela Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro, possuindo curso de aperfeiçoamento do Instituto Oswaldo Cruz, de Manguinhos.

Foi diretor-executivo da Coordenadoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde, sendo atualmente professor titular do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina.

Membro de várias associações e autor de trabalhos na sua área de atuação, o novo Vice-Reitor foi também diretor do Centro de Ciências Biológicas da FUEL cujo departamento de Patologia Geral também foi por ele chefiado.

Sua posse ocorrerá no próximo sábado, às 11,00 horas no auditório do Centro de Ciências Biológicas, quando substituirá o brilhante e extraordinário Professor Theobaldo Cioci Navolar.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1977.

(a) Dácio Leonel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., que após ouvido o Plenário, seja encaminhada a Sua Santidade o Papa Paulo VI, mensagem desta Casa transmitindo apelo no sentido de que Nossa Senhora do Rosário do Rocio, venerada na Cidade Episcopal de Paranaguá, seja proclamada padroeira do Estado do Paraná e seu Santuário, naquela cidade, elevado à categoria de Basílica Menor.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1977.

(a) Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA:

A devoção a Nossa Senhora do Rosário do Rocio nasceu com o próprio Estado do Paraná, nos seus primórdios de formação, em 1686, trinta e oito anos após a fundação da Vila de Paranaguá, berço da civilização cristã do Paraná.

A comunidade católica de todo o Estado, vem se manifestando no sentido desta proclamação, que além de reconhecer o verdadeiro significado da devoção, manifestada através de peregrinações anuais de milhares de devotos, virá disseminar ainda mais a renovação cristã dos fiéis, devotos de Nossa Senhora do Rosário do Rocio.

Associando-nos às manifestações da comunidade católica paranaense, apresentamos esta proposição à consideração de nossos ilustres Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, contendo apelo no sentido de que sejam determinadas providências junto às pastas competentes, para elaboração imediata de análise bacteriológica da água utilizada para consumo na Escola Estadual de Emergência e por centenas de famílias radicadas nas vilas: SANTA ROSA, SOLITUDE e SÃO JUDAS TADEU, todas margeando a Rodovia BR-116 (Curitiba-Paranaguá).

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1977.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

É inadmissível o descaso da SANEPAR e da Prefeitura do Município de Curitiba para com a sofrida população das vilas Santa Rosa, Solitude e São Judas Tadeu.

A água ali consumida é extraída de poços domésticos e sua qualidade é de todo duvidosa.

Urge imediatas providências no setor de saneamento.

Exemplificando: a Escola Estadual de Emergência de 1.º grau, dotada de quatro salas de aula, abrigando aproximadamente 300 alunos, não é servida de rede de abastecimento de água o que obriga a todos, valerem-se das residências próximas.

Inúmeros casos de hepatite já foram constatados, o que motivou a proibição do uso da água de poços, por parte dos médicos que prestam atendimento naquela área.

Reclamações sem conta, denúncias e apelos já foram formulados, sendo que, inclusive, os professores da Escola Estadual de Emergência, viram-se na contingência de proibirem terminantemente o uso da água contaminada. Tal situação pode perdurar. A saúde de centenas de famílias está seriamente comprometida.

Talvez o descaso da SANEPAR e da Prefeitura do Município de Curitiba seja originado na baixa renda percebida por aquela população que, por isso amarga o esquecimento por parte dos órgãos governamentais. Requeiro que, de imediato, a SANEPAR efetue exame bacteriológico e proceda a construção de rede de abastecimento de água para atendimento das vilas Santa Rosa, Solitude e São Judas Tadeu, que margeiam a BR-116.

CURITIBA – PARANAGUÁ.

Como agravante e por ironia, a Escola Estadual de Emergência e a Vila Santa Rosa estão localizadas defronte à estação de tratamento da SANEPAR, o que dá a devida dimensão do alheamento desse órgão para com a população curitibana.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei No. 58/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a construir um trevo de acesso rodoviário à cidade de Paissandu da Rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda, com o acesso rodoviário existente.

ARTIGO SEGUNDO – As despesas com a execução desta lei, correrão à conta da dotação orçamentária própria a ser prevista nas próximas leis de meios.

ARTIGO TERCEIRO – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1977.

(a) Antônio Facci.

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Paissandu, experimenta um fluxo de progresso realmente extraordinário.

Praticamente ligado à cidade de Maringá, grande parte de sua população oriunda dos mais diferentes municípios do estado, preferem adquirir terreno em Paissandu para ali construir suas casas, trabalhando em Maringá.

Conta atualmente o município, com cerca de 6.000 habitantes em sua sede.

Dotada de infra-estrutura viária razoável, Paissandu, por sua privilegiada situação geográfica, conta com armazéns do Instituto Brasileiro do Café (IBC); armazém da Rede Ferroviária Federal, firmas comerciais de grande porte, sendo intenso, portanto, o trânsito de veículos que alcançam a Rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda, através o trevo pretendido. Ressalta-se ainda, que linhas de ônibus com destino a Orizona, São Jorge do Ivaí, Iguatemi, Usina de Açúcar Santa Terezinha, utilizam-se do mesmo percurso, aumentando consideravelmente o fluxo de tráfego no local que pretendemos seja construído o trevo de acesso. O perigo eminente por que passam todos os que por ali trafegam, aumenta ainda mais a necessidade de urgenciar-se referida construção.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos registrar hoje, desta tribuna, o extraordinário trabalho que o Rotary Clube de Londrina lidera, no sentido de que Londrina seja dotada de um curso de Engenharia Agrônômica.

Reunindo a capital do café as melhores condições para receber um curso desse porte, pois Londrina conta hoje com uma notável infra-estrutura representada por professores da sua Universidade, por pesquisadores, bem como pelas magníficas condições do Instituto Agrônomo do Paraná, o movimento liderado pelo Rotary Clube de Londrina certamente atingirá os seus objetivos.

Demonstrando sua total confiança no Governador Jayme Canet Júnior, um memorial com 140 assinaturas foi elaborado e entregue ao Chefe do Poder Executivo, vasado nos seguintes termos:

“Atualmente surgiram condições tais em Londrina, em função da existência do IAPAR e da Universidade que implantaram aqui uma infra-estrutura sem par, para a criação e funcionamento de um curso de Engenharia Agrônômica, que justi-

ficam plenamente seu aproveitamento.

Apesar de ser um anseio antigo, Londrina não disputa com outras localidades a primazia para a manutenção de um curso superior de Ensino, pesquisa e extensão, nesta cidade, no campo de agronomia.

Ao contrário, a serenidade com que suas principais lideranças observam esse assunto, recomenda que, onde for necessário, a juízo das autoridades educacionais do Estado, haja outros cursos de agronomia, de nível superior ou médio.

Mas, não pode esperar e sente mesmo que a urgência da formação de agrônomos, para atender a aguda necessidade destes profissionais, no Paraná e no País, independe de fatores econômicos por ser do mais alto interesse nacional.

A tecnologia agrícola, hoje nos países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento, é um privilégio de poucos, o que é pernicioso aos propósitos do desenvolvimento nacional.

Ora, a comunidade regional de Londrina, que é um dos símbolos mais marcantes da agricultura brasileira, detém as bases em que firmar um processo contínuo de formação de recursos humanos de grande qualidade que garanta a colocação dessa tecnologia a serviço da agricultura paranaense pela fixação incontestes dos valores culturais que, em função da Universidade e do IAPAR, aqui se aglomeram e podem se multiplicar.

O não aproveitamento da nossa crítica formada por elementos pós-graduados, em nível de mestrado e doutorado, não pode continuar, sob pena de se deitar fora tamanho cabedal de conhecimentos aqui reunidos.

E nem se justifica que a nossa juventude, ávida de participação, não se sirva de enorme patrimônio cultural e científico, para o seu desenvolvimento, que, em última análise, representa o ideal atualizado de quantos desejam o próprio desenvolvimento do Brasil.

Frisando, em poucas palavras, esta é a mensagem que a comunidade londrinense dirige ao Governador do seu Estado.

E o faz, certa de que a visão histórica do homem público que dirige o Paraná, atenderá a solicitação de dar meios à Universidade Estadual de Londrina para a criação deste curso de vital importância para o nosso desenvolvimento.

Governador Jayme Canet Júnior.

Por estarmos certos de seu patriotismo e de sua capacidade de participação nos ideais comunitários, os que assinam este documento o fazem com uma declaração de confiança em Vossa Excelência.”

Era só. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidélino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estive no final da semana passada em contato com a direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Cascavel.

E, naquela oportunidade, fazia um apelo ao Parlamento, através deste Deputado, que se mobilizassem os Srs. representantes do povo, no sentido de que seja instalada, seja instituída a Universidade do Oeste do Paraná.

Funcionam cinco cursos atualmente naquela Faculdade, e está em vias de ser aumentado, ou melhor, já está em funcionamento, o Curso de Ciências Contábeis e de Administração, devendo ser autorizado, brevemente, os cursos de Agronomia e de Odontologia.

E é nesse sentido que nós fazemos um apelo às autoridades, sobretudo e principalmente, ao Exmo. Ministro de Educação e Cultura, como paranaense que é, no sentido de viabilizar, de autorizar, a instalação desta Universidade.

Por outro lado, Sr. Presidente, formulamos aqui um requerimento, endereçado ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, cuja justifi-

cativa passo a ler:

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. Dr. JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado e Professor FRANCISCO BORSARI NETTO, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura, solicitando a atenção dessas autoridades no sentido de orientar os responsáveis pela FECIVEL — Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel, bem como receber verbas estaduais, conforme ocorre com a maioria das entidades similares existentes no Paraná, cientificando-se o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Cascavel e o Exmo. Sr. Diretor da FECIVEL, no teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1977.

Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Manuseando a Lei Orçamentária correspondente ao corrente exercício de 1977, encontramos verbas destinadas a diversas Faculdades e outras Fundações similares à "FECIVEL".

Atendendo o município onde está sediada e toda a região oeste do Estado, a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel pode situar-se entre os estabelecimentos de ensino de maior importância do Paraná.

Durante a votação do orçamento vigente e contando com o integral apoio da bancada do MDB, elaboramos Projeto de Emenda a fim de transferir Cr\$ 2.500.000,00 de uma verba de Cr\$ 3.000.000,00, que seria destinada à FECIVEL, daquela destinada à RADIPAR (Paraná Rádio Difusão), hoje dirigida pelo Sr. Dr. Iris Mário Caldart.

Lamentavelmente, o projeto não mereceu acolhida e, mesmo que merecesse, possivelmente seria votado (segundo se sabe), pelo Senhor Governador, o qual poderia se valer de preceito constitucional para tal fim.

Considerando as proporções, o porte e a importância cultural da FECIVEL para o Paraná, seria odioso entender que ela tivesse menor importância que a RADIPAR, que recebeu generosa verba no orçamento, enquanto que o referido estabelecimento de ensino não foi contemplado com qualquer quantia.

Acreditamos que o Governo do Estado, através do setor competente, por certo entenderá a necessidade dessa participação no equacionamento da cultura até agora desenvolvida pelo esforço conjugado da sacrificada Prefeitura de Cascavel e de recursos particulares, principalmente por parte de seus alunos.

Mesmo não constando qualquer verba no orçamento do Estado, o Governador poderá dotar aquela Faculdade com verba que a Lei de Meios lhe faculta consignar através do seu Gabinete.

Em se tratando de uma fundação subsidiada pelo município e, considerando que a Constituição do Estado faculta ao Exmo. Sr. Governador "ad referendum" da Assembléia Legislativa firmar convênios com municípios, a exemplo de centenas que já tem merecido o beneplácito do Poder Legislativo Estadual, nada impede que o interesse comum congregue esforços no sentido de alcançar esse objetivo, que é um dos fundamentos do Estado.

Atualmente, aquela FECIVEL administra os cursos de Pedagogia; Letras; Ciências com habilitação em matemática; Ciências sem habilitação (Licenciatura curta); Administração de Empresas e Ciências Contábeis.

O orçamento anual da entidade é de Cr\$ 7.073.000,00 dos quais Cr\$ 2.250.000,00 são dispendidos pela Prefeitura, quantia que poderia ser ocupada por aquela unidade administrativa, mesmo porque os Cursos Superiores, na filosofia do

sistema de ensino brasileiro não seriam da atribuição dos municípios.

Esse complexo cultural congrega cerca de 900 (novecentos) alunos, cujos cursos acarretam sacrifícios enormes para os estudantes, a maioria dos quais moram em distritos de Cascavel e nos vários municípios da região.

É indiscutível o esforço que a comunidade do Oeste do Paraná faz no sentido do seu desenvolvimento educativo-cultural.

Se o Governo do Estado entender o alto aspecto positivo da sua participação, naturalmente a Prefeitura de Cascavel, como as demais da área, poderiam ensinar muitas Bolsas de Estudos para os jovens menos possibilitados e que não raras vezes deixam de aperfeiçoar os seus conhecimentos por falta de recursos.

É com o espírito voltado para o bem comum que buscamos a sustentação desse nosso apelo, que por certo será acolhido pelo Governo do Estado."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Gnoato, inscrito.

O SR. ERNESTO GNOATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, nesta tarde, fazer um convite a este Parlamento, aos homens da imprensa falada e escrita, que amigos e admiradores do extinto ex-Governador da Guanabara, encomendaram um ato religioso que será realizado sábado às 9 horas, na Catedral Metropolitana de Curitiba.

Em homenagem a este grande homem público é que os amigos deste grande político brasileiro, decidiram encomendar este ato religioso.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna, nesta tarde, é para tecermos considerações sobre um termo que, hoje, se confunde com autoridade.

Pois, hoje, estamos a confundir autoritarismo com autoridade.

Este País vive realmente, uma crise de autoridade. Já não há respeito à autoridade pública.

Há o temor.

Nenhuma personalidade pode alegar hoje, no Brasil, que tem o apoio e o respeito da opinião pública nacional.

E no entanto, o homem simples continua a curvar-se ante aqueles que estão no poder.

E também todos os profissionais, todos os políticos.

Em amplas camadas da classe média de nossa sociedade, se foi instalando ao lado da inibição, do receio e do temor, a indiferença pela coisa pública.

Homens como Daniel Krüger que, ao longo dos anos angariaram um nome, nome que hoje, há de se convir, não é tão grande quanto a aura que sobre ele se lhe põe.

Homem que abandona o Senado calado, sem dizer a esta Pátria, aquilo que deveria dizer.

Um homem que, talvez com um discurso, fizesse tremer os alicerces do autoritarismo desta Pátria.

Vivemos num País sem autoridade, e a coisa pública é deixada de lado. É preferível cuidar da vida particular. Uma hora é um ministro que um dia diz que não haverá confisco do soja. No dia seguinte, assina o confisco do soja. Que autoridade é essa que lá, no Sudoeste, na semana passada, recebeu, depois de uma grande homenagem, o apelido de "o Ministro desinformado". Teme-se agora, que as promessas feitas lá no Sudoeste, sejam transformadas em novas penas à agricultura de minha região.

O Sr. Ministro Alysson Paulinelli, o "Ministro desinformado", é, indiscutivelmente, o veículo das más notícias para a agricultura brasileira.

Que dizer do Presidente do Conselho Nacional de Petróleo e da Petrobrás, atualmente, General Araken de Oliveira que, pela manhã, informa aos jornalistas que não se criarão as "simonetas" e, à tarde, pela televisão, todos nós assistimos o Sr. Presidente da República anunciar as mesmas.

Que dizer do próprio Presidente da República que assina um projeto de lei criando as "simonetas" e, trinta dias depois — segundo ele — "pelo comportamento exemplar da população brasileira", diz que não há mais necessidade daquele auxílio compulsório.

Que dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de um Ministro como Sigeaki Ueki, que diz, para justificar os "contratos de risco" que o pagamento não seria feito em petróleo e sim em dólares. E, passados três ou quatro meses, admite que os contratos de risco seriam pagos com o petróleo.

Que dizer, Sr. Presidente, de um Ministério que tem um Ministro, e que dizem ser o mais avançado, o Sr. Azeredo da Silveira?

O chanceler brasileiro deu recentemente uma lição ao mundo. Talvez Rui Barbosa o aplaudisse, lembrando a Conferência de Haia.

Mas o Ministro Azeredo da Silveira perderia, em seguida, o apoio do grande tribuno baiano. Porque Rui Barbosa cultivava o amor à verdade, como peça essencial na vida política. Porque a Rui aborrecia o dislate, a imprudência, o engodo.

O grande político brasileiro do passado, com toda a certeza, faria uma repreensão medida à feição de seu comportamento elevado.

O Ministro Azeredo da Silveira, durante a recepção ao chanceler nigeriano, Joseph Garba, declarou enfaticamente que "o direito nasce da ética, não da força". E proclamou aos quatro ventos essa idéia tão nobre, que tem sido o sal da terra das civilizações modernas.

O chanceler brasileiro declarou: "O Direito que nasce das relações de poder é um falso direito", que tenta consagrar hegemonias, criar responsabilidades correlatas à força, perpetuar divisões entre nações e impedir o acesso aos frutos da civilização e do progresso.

Para o Ministro brasileiro, o Direito "deve ser formulado com base em consenso verdadeiro que respeite a igualdade jurídica entre os Estados, e deve objetivar a instituição de modos equitativos e relacionamento internacional".

Talvez essas palavras merecessem aplauso se tivessem fé. Mas elas são contraditórias. Que chanceler, de que País, afirma essa verdade? Qual a nação que sustenta essas verdades?

É o Brasil que o diz pela boca de seu chanceler.

E estamos proclamando ao mundo nossa verdade.

Porém é uma verdade que é válida para o mundo, mas não é válida para a vida da nação.

Porque aqui neste País o direito que nasce das relações de poder é um falso direito, mas é o que prevalece.

O Direito da força tenta consagrar hegemonias na vida social brasileira, dando a facções e categorias profissionais, a ascendência sobre todo o resto da nação. Dando aos grupos especuladores nacionais e internacionais os privilégios que retira do povo brasileiro. Dando aos grupos poderosos a força da decisão contra os interesses nacionais.

O Poder da Força, no País, tenta perpetuar divisões entre os brasileiros, entre puros e fortes, e impuros e subversivos sujeitos às violências. Tentam os fortes e poderosos, pela manipulação do aparelho de Estado impedir o acesso do povo brasileiro aos frutos da civilização e ao progresso. Entre os beneficiários do poder e a oposição brasileira.

Se para o Ministro Azeredo da Silveira o direito deve ser reformulado com base em consenso verdadeiro que respeite a

perfeita igualdade entre os homens, pobres e ricos, operários, estudantes, empresários, intelectuais, políticos e mandatários, estamos inteiramente de acordo, no plano nacional e internacional.

A igualdade jurídica é justamente um ponto pelo qual se bate o povo brasileiro e a oposição. Porque sem estado de Direito, não há igualdade jurídica. E um Estado que não cultiva nem permite a igualdade jurídica não tem voz nem palavra eficiente para postular respeito nacional.

Belas palavras do Ministro Azeredo da Silveira. Nós estamos inteiramente de acordo sobre elas, mas nós somos coerentes e queremos ver as conseqüências de seus enunciados.

Ao que se percebe o Ministro Azeredo da Silveira está sozinho ou então não está sozinho e suas palavras são apenas palavras.

Vivemos num País onde a maior crise é de autoridade. O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Eminente Deputado Deni Schwartz, V. Exa. traz ao plenário desta Casa após um tempo razoavelmente longo, o debate de questões que deveriam ser o cotidiano de todos os parlamentos de povos livres.

O marasmo, o esquecimento, a omissão, o silêncio desta Assembléia nestes dois últimos meses, refletem apenas o que ocorre em todos os parlamentos deste Brasil, pois que a intranquilidade em que vivemos, fruto da própria intranquilidade do sistema que temos, se irradiou, se transferiu e contagiou os homens públicos desta Nação.

Portanto, inicialmente me permita V. Exa., a minha congratulação por trazer V. Exa., novamente, debate de um tema de interesse não apenas nacional, mas de interesse mesmo internacional. Porque o direito não deve existir apenas dentro de uma nação, mas deve existir em todo o globo.

Eminente Deputado, quero inserir no seu discurso porque ele é assunto que referenda muito bem a falta de direito interno, e o nosso Chanceler tenta, com a sua palavra, através do Itamarati, dar lição de direito internacional, ao dizer de que a ética deve basear ou ser o pressuposto e o postulado básico do direito, o seguinte:

Na última semana nos Estados Unidos, mais particularmente na Universidade de Notre Dame, quando um Bispo brasileiro recebeu o título de "Honoris Causa", pela sua intransigente defesa dos direitos humanos, D. Paulo Evaristo Arns, que não estava fazendo campanha para denegrir o Brasil no concerto das Nações quando afirmou depois de comentar publicamente nos Estados Unidos, num discurso, perante os diplomatas daquela Universidade, de que, o nosso Presidente havia fechado o Congresso Nacional, e de que havia se reunido num Gabinete com Assessores, o que a Nação não ficou sabendo, e editaram novas idéias para todo o povo obedecer disse o Arcebispo de São Paulo, D. Evaristo Arns, para os universitários americanos, depois de dizer que o Presidente havia fechado o Congresso:

O segundo ponto que nos preocupa constantemente, são os acidentes que daí decorrem. Em São Paulo, tivemos calma relativa contra torturas e outras questões semelhantes, porém, nunca gozamos de verdadeira tranquilidade porque a qualquer momento tudo pode recomeçar, dependendo apenas do arbítrio de certos homens. A população não tem defesa, não tem lei que a ampare.

Veja V. Exa., que esta é a palavra de um homem que, na Nação vanguardista da democracia deste Universo, conquista o título de Cidadão Honoris Causa pela defesa dos direitos humanos.

E neste mesmo dia, segundo os jornais internacionais comentam que haverá de ser, depois do célebre discurso de Kennedy, um dos pontos básicos da diplomacia americana, usou da palavra o Presidente norte-americano Jimmy Carter.

E quero também, me permita V. Exa., inserir alguns

tópicos do pronunciamento do Presidente norte-americano, porque acredito que ao se falar em ética, ao se falar em direito, nós temos que estar alinhados com outras nações que também defendam a democracia.

O Presidente Carter não falou apenas para os americanos, mas deu um recado a todo o mundo.

Disse, em certo trecho de seu discurso:

Os recentes e grandes sucessos da democracia na Índia, em Portugal, na Grécia e na Espanha mostram que nossa confiança não é injustificada. Confiantes em nosso próprio futuro, estamos agora livres do desordenado temor do comunismo, que nos pegou em outros tempos a apoiar qualquer ditador que se juntasse a nós, em nosso medo. Por demasiados anos estivemos desejosos de adotar os poucos válidos princípios e táticas de nossos adversários abandonando mesmo, algumas vezes, os nossos valores pelos deles.

Combatemos fogo com fogo, esquecendo-nos de que a melhor maneira de combater o fogo é com a água.

E disse mais o Presidente americano: — Estou serenamente confiante em nossos sistema político por sabermos que a democracia funciona. Podemos rejeitar os argumentos dos Governos que negam os direitos humanos a seus povos. Confiamos em que o exemplo democrático seja estimulante e procuramos assim levar este exemplo para mais perto daqueles que têm estado separados e que ainda não estão convencidos.

Confiamos em que os métodos democráticos são os mais eficientes e assim não nos sentimos tentados a empregar táticas inadequadas fora ou dentro de nosso País.

Por isto, Sr. Deputado, é necessário que temas desta envergadura sejam debatidos. Quando um Governante de uma grande potência como os Estados Unidos reconhece, de público, até numa profissão de humildade de que este País para combater com medo o comunismo não ousou em pisar sobre a política dos direitos humanos e tenta agora, através de uma política aberta, de uma política democrática realmente, fazer com que o mundo inteiro tenha em mente que não é possível encontrar a democracia sem a exercitar.

Mas quero, para concluir, elevar ainda a palavra do governante americano, que diz: — Na vida do espírito humano, palavras são ações, muito mais do que imaginam muitos de nós, que vivemos em países em que a liberdade de expressão não é posta em dúvida. Os chefes dos estados totalitários sabem muito bem disso e a prova é que as palavras são precisamente as ações pelas quais os dissidentes, em todos esses países, são perseguidos.

Por isto, Deputado Deni Schwartz, acredito que quando brasileiros pregam a tese, por exemplo, da Constituinte, e vemos o Governo dizer de que a Constituinte é contestatória ao regime, temos até uma tranquilidade, porque sabemos que Constituinte é entregar ao povo, ao povo livre, na mais total liberdade, para que este insira no papel as normas e os princípios, os postulados básicos. E todos devem se submeter à lei, inclusive o Governo.

E o governo que diz que isto é uma tese contestatória, é um governo totalitário que não quer se vergar ao que a lei fala, ao que a lei diz.

A estes governos, devem as palavras do Presidente Jimmy Carter serem repetidas quando encerrando o seu discurso disse: — As grandes democracias não são livres porque são fortes e prósperas.

São prósperas e fortes porque são livres.

Por isto, nobre Deputado, por trazer V. Exa. o debate deste tema, que surgiu após o pronunciamento de nosso Chanceler, tenha V. Exa. a certeza de que é necessário bradar, de que é necessário usar da palavra porque ela não fica restrita, não fica fechada a estes parlamentos, a palavra é ainda, talvez aqui no Brasil restrita aos parlamentos, como muito bem disse o assessor da Presidência da República, Coronel Toledo: “— Vocês podem berrar à vontade, dentro dos parlamentos, mas, se berrarem na

rua, vai ter pau”. Como que dando um recado simbólico que o MDB deve se restringir a fazer oposição e a criticar o governo dentro dos parlamentos.

Portanto, Deputado Deni Schwartz, entre dizer e fazer vai muita diferença.

Se o nosso Chanceler disse de que o direito deve nascer da ética, infelizmente o nosso Governo, parece-me não acredita e não pratica este postulado, porque a moral que está no Brasil, hoje, é que depois de treze anos de exceção, a Nação inteira quer que o Governo também respeite, acate e se submeta à lei.

Portanto, eu me congratulo com V. Exa.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do ilustre Deputado Nilso Sguarezi, e como ele lembrou, o assessor presidencial, Cel. Camargo, vejamos como é que ele se referiu ao Ministro Mário Simonsem, quando para conseguir dinheiro para este País endividado, afirmou a jornalistas franceses, que o Brasil admitiria participar de uma Comissão Internacional de alto nível para fiscalizar o cumprimento dos princípios relativos aos direitos humanos, que V. Exa. tão bem trouxe ao debate.

Disse o Sr. Cel. Camargo: — O Ministro da Fazenda expressou posição pessoal, liberal e generosa, pelo menos, o Cel. Camargo teve a ombridade de reconhecer, que admitir participar de uma Comissão internacional para verificar os direitos humanos nesta Pátria, é uma posição generosa e, portanto, não é generosa a posição daqueles que impedem que se verifiquem os direitos humanos nesta Pátria.

Srs. Deputados, “para disfarçar a ausência de autoridade em que vivemos, crescem as medidas discricionárias. Aparece a imagem do carrancismo, que é a expressão da autocracia. Somos o País, hoje, da imagem real, pública de nossas desgraças, problemas e inconveniências; e somos o País das imagens estudadas de televisão, de fotografias e de entrevistas.

Vivemos sob a falsa autoridade. Todos os setores da vida social sofrem sua influência corrosiva.

Não há quem não conheça, em qualquer rincão do País, uma autoridade exigente, uma figura que ordena, fiscaliza, reage aos direitos postulados, faz-se de árbitro de todas as causas, confisca, exige, manda. Este País parece que se feudalizou em todos os setores.

As entidades sindicais têm donatários escolhidos pelo dedo autoritário. As Universidades têm donatários escolhidos por serviços a El-Rei. As cooperativas têm o grupo de vassalos que possam chegar à mesa do senhor feudal. Os políticos tem seu comando político — vastas áreas compostas de muitos municípios divididos segundo os serviços que possam prestar de corvéia.

Os serviços de saúde, de assistência social, até de instrução pública gratuita, precisam do aval de algum político. E, até mesmo a Oposição, é solicitada a compartilhar do círculo dos senhores feudais”.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, primeiramente, pediria desculpas a V. Exa., por interromper vosso brilhante pronunciamento. Confesso que hoje veio, na tribuna, parece-me que até um outro Deputado Deni Schwartz, porque V. Exa. quando iniciou o seu pronunciamento, referiu-se ao confisco da soja; referiu-se ao contrato de risco, às simonetas e à política de petróleo. Realmente, Deputado Deni Schwartz, em 1974, quando o vosso Partido, o MDB elegeu 150 Deputados federais, fazendo quase que igualdade com a ARENA naquele ano, aqueles vossos correligionários, chegando à Câmara Federal, preocuparam-se tão somente quinze deles, principalmente, 15 dos Srs. Deputados do MDB, preocuparam-se de imediato para conseguir a anistia ou perdão, como queira V. Exa., aos cassados após a revolução. Mas esqueceram-se aqueles parlamentares, que a tese que deveriam assim que chegaram em Brasília, abraçar de imediato, era essa

que hoje V. Exa. traz e avoca da tribuna. Porque entendemos, Sr. Deputado Deni Schwartz, que o vosso pronunciamento tem grande profundidade, porque se realmente as coisas não vão bem, é preciso que um Deputado da vossa estirpe, venha a esta tribuna e traga de público, traga ao conhecimento não só dos políticos, mas traga ao conhecimento dos governantes, e a nós, que somos os governados.

Porque só assim, com este tipo de crítica que eu entendo construtiva, e que se adapta perfeitamente ao vosso Partido, porque só temos dois, o Partido 1 e o Partido 2, terá um deles, que fazer esse papel que V. Exa. hoje se incumba.

É por isso, que não só V. Exa., mas os Deputados da Câmara Federal, em Brasília, os demais Deputados e mesmo os Deputados da ARENA, deveriam também tecer essas críticas construtivas, porque só assim, Sr. Deputado Deni Schwartz, os nossos governos poderão, em breve, eliminar o problema do confisco da soja, como já eliminaram as simonetas e talvez até uma solução para a política do petróleo. Era o aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado Jurandir Messias, recebo a contribuição de V. Exa., às nossas palavras, apenas fazendo a ressalva, de que se os 15 Deputados federais eleitos pela legenda do meu Partido, em Brasília, de imediato, passaram a pregar a anistia ampla, é por ter sido este o tema da campanha, ter sido esta a pregação feita em campanha política, e por ser isso do programa do Partido, a que eu pertenço.

Não fazíamos 15 Deputados do MDB na Câmara Federal, nada mais do que cumprir os mandamentos que o próprio Partido determina.

Sr. Deputado Jurandir Messias, falamos de alguns aspectos da economia brasileira, de alguns aspectos do comportamento ministerial e do relacionamento entre autoridades, para caracterizar, antes de mais nada, a falta de autoridade em que vivemos neste País.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência informa a V. Exa. que o tempo do Grande Expediente se esgotou e consulta à Liderança do MDB, se lhe confere os 15 minutos regimentais que cabem ao Movimento Democrático Brasileiro para que continue na tribuna por mais este período.

O SR. NILSO SGUAREZI — Na ausência do Líder do MDB, como Vice-Líder, concedo o tempo reservado à liderança do MDB.

O SR. DENI SCHWARTZ — Obrigado. Continuo, Sr. Presidente, afirmando ao ilustre Deputado Jurandir Messias, que, no momento já nem cabe, porque muito foi debatido, sobre o confisco, sobre o petróleo, sobre os contratos de riscos.

Mas cabe examinar, isto sim, o problema da autoridade e a sua grande diferença com o autoritarismo em que vivemos.

Em 1964, a Revolução teve como um dos seus grandes argumentos, a volta da autoridade. Dizia-se então que o Brasil vivia sob a falta de autoridade. E parece-me, Sr. Deputado, que nós continuamos vivendo a falta de autoridade.

Continuo a ler sobre o tema: "E tão corrosiva tem sido esta situação e tão grave para a vida nacional, que hoje na vida civil e na vida militar, entre os políticos e entre os profissionais, entre empregados e entre empresários, contam-se pelos dedos o que se chamou em outros tempos, as reservas morais e políticas da Nação. Acredita-se que esta expressão reserva moral já nem é conhecida pela nova geração. Mesmo porque também os jovens estão vivendo pela força de uma minoria consciente que não se dobra. Em todo o País o que se chama reserva moral está sendo alentada pela chama da resistência uma difícil e grandiosa resistência pela causa Nacional".

A propósito, hoje ainda na coluna do "Castelo" víamos e lemos o que ele chamou de grande silêncio que hoje das tribunas do Congresso e das Assembléias nada mais resta dizer, basta ler o que afirmou e o que escreveu aquele que soube criar amigos e inimigos, e que faleceu no último sábado.

Estamos todos a meditar no que aquele brasileiro falou:

"Mostrando que realmente me cabe razão quando digo e quando afirmo que até o termo reserva moral está sendo esquecido. Porque temos de ir buscar ensinamentos e reservas morais que são anteriores a 1964.

Procuramos em torno de nós e não vemos lideranças se firmando e talvez somente no momento oportuno essas lideranças venham a aparecer. Mas, na verdade, as chamadas reservas morais estão pouco a pouco se indo".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ao contrário do que está ocorrendo na vida social moderna, há um papel muito importante a ser desempenhado pelas novas lideranças. E dentro dessas novas lideranças há um papel muito importante a ser desempenhado pelas Forças Armadas da Nação.

Particularmente nos países subdesenvolvidos, além das suas tarefas de defesa da integridade nacional, e da formação cívica à época das convocações, as tarefas do desenvolvimento exigem muito mais das Forças Armadas. Exige uma grande integração com o povo, com as camadas trabalhadoras e profissionais para a assunção de trabalhos comuns. Mas a crise de autoridade também lhas afeta.

Na medida em que o seu respeito e identidade com o povo são substituídos pelo isolamento provocado pelo arbítrio e pela violência, seu papel cada vez mais se restringe a uma tarefa que não é sua — a repressão política contra o povo.

E não é este o seu papel. Seu principal papel, no plano interno, é cuidar para que esse povo possa expressar-se, organizar-se, educar-se e trabalhar conscientemente pelo desenvolvimento nacional.

Além disto todos sabem que nos regimes autoritários é que grandes riscos corre a segurança nacional.

Sr. Presidente, na verdade a história de nossas Forças Armadas está a nos ensinar quão grande foi o respeito e é o respeito dos nossos militares.

As obras de desenvolvimento neste País, as obras pioneiras sempre tiveram à frente ilustres militares e hoje, quando se procura dissociar o povo dos militares, há que, nas tribunas que são oferecidas ao povo através de seus representantes, há que se levantar a voz para evitarmos o caos a que chegou a Argentina, onde militares, tomando o Poder, desacreditados pelo povo, tiveram que recorrer ao velho caudilho Peron que, não conformado em apenas voltar à sua terra, impôs sua esposa como Vice-Presidente. E o caos foi maior; e o caos é maior.

Temos que levantar as nossas vozes para evitar que se procure dividir militares e povo, como se aqueles pertencessem a uma casta. É verdade que alguns militares estão se sujeitando a participar de uma casta, mas é verdade também que a maioria dos ilustres militares desta Pátria, têm Caxias como patrono, que é o exemplo mais marcante de militar civil, muitos militares não devem estar satisfeitos de se prestar à sua função para serem tidos como algozes do povo.

Sr. Presidente, a experiência do autoritarismo sem autoridade, deixou o País num vazio que não conhecera até os dias atuais. Há algumas vozes desperadas a insistir nos mesmos caminhos, nas mesmas teses, com o dedo em riste, ameaçando não pessoas, mas a própria Nação de expurgar-lhe o que tem de brio e resistência cívica e moral.

Não há dúvida de que é chegada a hora de restituir ao Governo da Nação a autoridade legítima. É necessário e imperiosamente urgente que a Nação se reencontre e que possamos reconstruir a vida social brasileira com a autoridade que têm os líderes que expressam as necessidades de todo o povo e encontram os caminhos para satisfazer essas necessidades.

É hora de mudar, antes que a erosão política asfixie a vida nacional.

Obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência consulta o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, se deseja ocupar o espaço regimentalmente reservado à ARENA.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio. - APOIADO. - Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 95/76, de autoria do Deputado MAURÍCIO FRUET, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual na Colônia Marcelino, Município de São José dos Pinhais, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., por unanimidade e da C.F., por maioria e FAVORÁVEL da C.I.P., por unanimidade. APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 31/77, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a GUARDA MIRIM DA CIDADE DE PRIMEIRO DE MAIO, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Desembargador Arthur Heráclio Gomes Filho. No mesmo teor, há um requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ezequias Losso e Ivo Thomazoni, constante do expediente. Em votação ambos os requerimentos. — APROVADOS.

Requerimento de autoria do Sr. Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei 46/77. — APROVADO.

A Presidência para o futuro, solicita dos eminentes Srs. Deputados que, ao solicitarem regime de urgência para os projetos de lei que, por obséquio, forneçam a súmula dos mesmos, para conhecimento dos Srs. Deputados. —

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do expediente, solicitando seja encaminhada à Sua Santidade o Papa Paulo VI, mensagem desta Casa transmitindo apelo, no sentido de que Nossa Senhora do Rosário do Rocio, venerada na Cidade Episcopal de Paranaguá, seja proclamada Padroeira do Estado do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de que sejam determinadas providências junto às pastas competentes, para elaboração imediata de análise bacteriológica da água utilizada para consumo na Escola Estadual de Emergência, e por centenas de famílias radicadas em diversas vilas. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Professor Pedro Vasconcelos de Barros, pela sua escolha para as funções de Vice-Reitor da Universidade Estadual de Londrina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lida da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, encarecendo sejam tomadas providências, bem como orientados os responsáveis pela FACIVEL, a fim de que àquela entidade possam ser liberadas verbas orçamentárias do Estado. — APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, para colher da Mesa uma informação: se existiu ou existe requerimento solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei

34/77 e, tendo existido, se foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência satisfaz a V. Exa.

Na sessão ordinária de ontem, o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares apresentou requerimento solicitando regime de urgência para o aludido Projeto de Lei, votado e aprovado na sessão de ontem.

Concedo a palavra, em Explicações Pessoais, ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente solicito escusas tanto da Mesa quanto dos Srs. Parlamentares, por haver me inscrito hoje em Explicações Pessoais, razão porque devo fazer com que fique transcrito nos Anais desta Casa, nos trabalhos de hoje, informações sobre fatos que verifiquei, que senti e que percebi em minha viagem a 13 municípios de minha região representativa. (Lê):

“Neste último fim de semana visitamos 13 municípios de nossa região; em todos eles, conversamos com as lideranças de nosso Partido e podemos afirmar: o entusiasmo é tão grande tanto das lideranças quanto do povo, em torno do Movimento Democrático Brasileiro.

Como pude observar, naquela oportunidade, o recrudescimento da Lei Falcão despertou até mesmo nas áreas arenistas daquelas localidades por mim visitadas, a vontade, com manifestação antecipada, em responder nas urnas esta violenta privativa de liberdade, através as eleições do próximo ano.

Não ouvi só a manifestação dos integrantes do nosso Partido. Auscultei a opinião das áreas do Partido do Governo — São estarrecedoras as análises que fazem, principalmente com referência às últimas atitudes tomadas. O “pacote” criou um estado de verdadeira execração ao nome do Governo; as reformas são criticadas pelas áreas mais cultas e comentadas como violência, em todas as áreas humanas; o fechamento do Congresso e a mutação de direitos exercida pelo Governo que como Executivo pelo arbítrio se fez Legislativo, é comentado airoso por pessoas de todos os níveis sociais. Sentimos nas queixas, reclamações e comentários das lideranças e classes trabalhadoras, a angústia e o desespero, e, ao lado dessa desolação, vimos a manifestação de uma reação preparada que ocorrerá certamente nas eleições de novembro de 1978.

Lavradores, agricultores, operários, funcionários públicos, estudantes e mestres, profissionais liberais de todas as áreas, praguejam a desigualdade econômica que se avoluma a cada dia, acusam o Governo de participar ativa e de forma aberta numa caminhada de favoritismo às empresas carreadoras dos produtos da lavoura.

Nossos Prefeitos, são poucos naquela região, porém, vão eles muito bem . . . No Município de Curiuva, onde a chefia do Executivo é dirigida com altruísmo, dedicação e verdadeiro respeito ao dinheiro público, nosso companheiro GERALDO MOLINA, Prefeito daquela comunidade, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro, nosso Partido, está fazendo uma excelente administração, demonstrou desde logo sua afinidade com o povo, sua capacidade de economista e dedicação ao trabalho. GERALDO MOLINA vem impressionando o Município com o seu despreendimento e suas qualidades aparentes de verdadeiro administrador. O Prefeito de Curiuva, além de estar revolucionando a administração, vive permanentemente com o povo, liderando na busca das resoluções de seus problemas sem onerar os cofres da municipalidade. No dia 22 deste mês, ou seja, no domingo que passou, sob a liderança do Prefeito Geraldo Molina, realizou-se no distrito de Figueira daquele Município, uma festa extraordinária, com o comparecimento de mais de cinco mil pessoas que, ali permaneceram durante todo o dia e até alta madrugada, num ambiente de paz e harmonia nunca visto até então naquela municipalidade. A festa foi planejada e realizada sob a liderança daquele Alcaide, para buscar a resolução de um problema reclamado pela sociedade esportiva do

distrito, que pretendia a construção do alambrado no campo de futebol. Geraldo Molina, para não onerar a municipalidade, projetou, realizou e comandou até o último instante a belíssima festa que constou de churrascada, bingo, montaria, tourada, leilões e outras modalidades, alcançando com o evento mais de cinquenta mil cruzeiros. Nós vimos com os nossos olhos, o Prefeito de Curiúva montar e tourear, exercer com brilhantismo o papel de locutor e leiloeiro, provocar a sensação da multidão com o gritador das pedras numeradas que se retirava do globo no correr do bingo, que ao final, entregou ao premiado um televisor.

Foi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a maior apoteóse de popularidade que já vi em um homem público, em toda a minha caminhada de quase 20 anos nas lides políticas de meu Estado.

Em Jacarezinho, onde também o Prefeito se elegeu pela nossa sigla partidária, Sebastião M. dos Santos, pudemos sentir pela manifestação espontânea e sorridente dos jacarezinhenses o esplendor de uma administração ativa, honrada, desprendida e, acima de tudo, revestida de magistral honestidade, nos poucos meses de mandato. Sebastião Filadelfo, nome pelo qual é conhecido e se faz admirado agora, por todas as áreas políticas daquela comunidade, está revolucionando a administração municipal. O que infelizmente, não vimos no nosso município. Santo Antônio da Platina, já foi e estentou por muitos anos o belíssimo nome CIDADE JÓIA DO NORTE PIONEIRO, e nossa comunidade está totalmente abandonada, suas ruas esburacadas, suas finanças carcomidas, suas estradas abandonadas; suas vilas às escuras, o seu Prefeito viajando, e o seu povo lamentando o abandono que está vivendo a nossa cidade. Até parece que o Prefeito de Santo Antônio da Platina, não se elegeu para ser administrador e, sim, para se colocar na posição de perseguidor; sua sanha de maldade, conhecida por longos anos, não conseguiu ser arrefecida nem com o passar dos tempos, nem mesmo

o aspecto estarrecedor do abandono que se encontra a cidade, o despertar para o cumprimento do dever de cumprir com dignidade o mandato que lhe fora conferido. Nem como médico, nem como chefe do Departamento de Saúde Pública local, nem mesmo como Prefeito Municipal, procurou revolver o problema alvo de queixas e reclamação justa do povo daquela comunidade, por incrível que pareça, SANTO ANTONIO DA PLATINA, com uma população de aproximadamente 50 mil habitantes, não tem matadouro municipal, os animais são abatidos de forma rudimentar, sem qualquer exame de sanidade e entregue ao consumo público, de uma coisa eu tenho certeza, o Prefeito e sua família, não consome carnes vendidas pelos retalhistas e açougueiros daquela localidade, porque ele sabe, que ela oferece grande perigo à saúde, entretanto, está claro com esse procedimento, que a ele não está importando não somente a administração da cidade, do município, como também, e muito pior, a saúde de milhares de pessoas.

Termo em que

Pede deferimento

BENEDITO LÚCIO MACHADO''

É triste, é horrível, é estarrecedor, Sr. Presidente, verificar que um homem, que pela terceira vez é Prefeito da comunidade dos platinenses, na primeira, delapidou os cofres públicos, na segunda, recebeu o município redimido de suas condições e meios, e na terceira, serve-se do cargo de Prefeito para perseguir e abandonar a cidade que ontem foi cidade jóia, do Norte Pioneiro do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivô Thomazoni) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 27, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.